



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

PF será protagonista no embate entre Lula e Flávio Bolsonaro

■ A Polícia Federal (PF) ganhará protagonismo na disputa entre Lula e Flávio Bolsonaro (PL) na eleição presidencial. Líderes nas pesquisas, os dois candidatos modulam discursos para fazer acusações de interferência na corporação com um objetivo em comum: proteger familiares de investigações em curso.

■ De um lado, Flávio já explora os inquéritos que atingem Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, no caso das fraudes do INSS. Do outro, Lula pretende resgatar as acusações de interferência de Jair Bolsonaro na PF e associá-las às investigações que alvejaram Flávio durante o governo do pai.

■ A ofensiva de Flávio Bolsonaro ganhou força com a abertura das investigações envolvendo Lulinha. A PF apura suspeitas relacionadas ao empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”, e possíveis negócios e relações de influência envolvendo o filho do presidente e autoridades públicas, como o então chefe de gabinete de Lula, Marco Aurélio Ribeiro, o Marcola, e integrantes do Ministério da Saúde.



Pesquisa BTG/Nexus mostra Lula com 41% das intenções de voto e Flávio com 37%

■ O caso contou com um novo ingrediente após o remanejamento de três policiais federais que atuavam nas apurações. Entre eles, está um integrante da área de polícia fazendária responsável por analisar movimentações financeiras e contas relacionadas a Lulinha. Essas mudanças, que provocaram uma crise entre o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e o ministro André Mendonça, relator do caso no STF.

■ No campo oposto, aliados de Lula

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL E LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL



pretendem relembrar a reunião ministerial ocorrida em 2020 na qual o então presidente Jair Bolsonaro disse que pretendia interferir em órgãos de segurança e inteligência para evitar que parentes fossem atingidos por investigações.

■ “Eu não vou esperar foder a minha família toda, de sacanagem, ou amigo meu, porque eu não posso interferir na minha segurança? Por isso, vou interferir! E ponto final,

pô!”, disse Bolsonaro durante a reunião gravada.

■ Na ocasião, o então ministro da Justiça, Sérgio Moro, entregou o cargo e acusou Bolsonaro de tentar interferir politicamente na Polícia Federal.

■ O episódio ocorreu em um período no qual corriam investigações sobre suposta rachadinha no antigo gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

■ A disputa em torno da PF ocorre em meio a outra estratégia compartilhada pelos dois favoritos. Lula e Flávio evitaram o primeiro debate presidencial de 2026, realizado pela Band no domingo (23), e deixaram o palco para adversários que aproveitaram as ausências para atacá-los.

■ Nas duas campanhas, a avaliação é semelhante: na liderança das pesquisas, Lula e Flávio Bolsonaro têm mais a perder do que a ganhar em confrontos com candidatos que buscam ampliar a exposição. A estratégia é evitar que os debates produzam ataques e conteúdos negativos contra os favoritos e preservar a polarização direta entre os dois.

Delegado da PF teve 110 dias de licença com atestados falsos obtidos com ajuda da mulher médica, diz MPF

■ Um ex-delegado da Polícia Federal (PF) conseguiu se afastar do trabalho por 110 dias, sem prejuízo do salário, por meio de atestados médicos considerados falsos pelo Ministério Público Federal (MPF). Segundo a acusação, Rilke Rithcliff Pierre Branco recebeu R\$ 64,3 mil durante os períodos de licença e contou com a ajuda da própria mulher, a médica Maria Virgínia Braga Pierre Branco, que recorria a colegas, parentes e conhecidos para obter documentos em nome do marido.

■ Enquanto os atestados descreviam problemas de saúde que o impediam de trabalhar, a investigação encontrou uma rotina diferente fora da PF. Dados de antenas de celular apontaram deslocamentos do delegado por diferentes bairros da Região Metropolitana do Recife durante o dia e até altas horas da madrugada. Também foram identificadas viagens para São Paulo, Santos, Natal e João Pessoa durante ou nos intervalos das licenças. Em Natal, segundo o documento, Rilke participou de um campeonato esportivo.

■ Havia ainda afastamentos colados a feriados e fins de semana. Em uma das licenças, concedida por problema ortopédico, registros indicaram a prá-

tica de atividade física. Em outro caso, dias depois do término de uma licença, o delegado já participava de competição esportiva.

■ Um episódio ocorreu quando Rilke deixou Pernambuco para acompanhar o filho mais velho em um teste no Santos Futebol Clube. A viagem durou de 5 a 10 de março de 2009. Segundo a investigação, a ausência não foi registrada na folha de frequência e não provocou desconto no salário.

■ Ao todo, foram 21 períodos de afastamento entre janeiro de 2009 e setembro de 2010, somando 110 dias — cerca de quatro meses. Nas contas do MPF, as licenças permitiram que o delegado recebesse indevidamente R\$ 64,3 mil.

ESQUEMA EM FAMÍLIA

■ A investigação descreve uma espécie de atalho doméstico para chegar aos consultórios. Médica, Maria Virgínia tinha entre amigos e familiares profissionais aos quais recorria quando o marido precisava de um novo afastamento. De acordo com o MPF, ela relatava por telefone os supostos sintomas de Rilke e chegava a informar a data e a quantidade de dias que deveriam constar da licença.

■ Em nove ocasiões, afirma a acusação, os atestados foram emitidos sem que Rilke sequer tivesse sido examinado pelo profissional responsável pelo documento. Entre os médicos citados estão Millena Pinheiro, André Figueira e Cláudio Marques.

■ Uma das médicas ouvidas pela investigação, Millena Pinheiro, afirmou que nunca chegou a atender clinicamente o ex-delegado. Segundo seu depoimento, os cinco atestados que forneceu foram confeccionados após contatos telefônicos feitos por Maria Virgínia.

■ Millena, amiga e ex-colega de faculdade da mulher do delegado, relatou ter estranhado a quantidade de pedidos. Disse ainda que, depois de conhecer o conjunto dos afastamentos, passou a acreditar que havia sido induzida a erro. Em um dos depoimentos reproduzidos pelo MPF, afirmou ter “certeza de que [Rilke e Maria Virgínia] agiram de má-fé”.

■ Um dos atestados assinados por Millena, datado de 15 de setembro de 2010 e emitido com o timbre do Hospital Português, acabou servindo de fio para puxar o restante da história. O hospital informou à investigação que Rilke não havia

sido atendido na unidade naquela data e que a própria médica não trabalhara na emergência naquele dia, nem no anterior ou no seguinte.

■ A apuração avançou então sobre outros médicos e licenças. O neurologista André Figueira, por exemplo, declarou que recebeu ligação de Maria Virgínia solicitando um atestado para o marido e que ela indicou o prazo do afastamento e a data da licença. Ao tomar conhecimento da sucessão de documentos emitidos por diferentes especialistas, disse ter se surpreendido com a quantidade.

■ O MPF sustenta que o conjunto das provas mostra que as enfermidades alegadas apareciam, na prática, quando Rilke precisava se afastar da Polícia Federal. Para o órgão, os sintomas eram simulados diretamente aos profissionais ou transmitidos a médicos conhecidos por intermédio da mulher do delegado.

■ Os fatos deram origem a uma ação por improbidade administrativa contra Rilke e também embasaram uma denúncia criminal contra ele e Maria Virgínia.